

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.033 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2000



Após amplo debate, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara às duas propostas de criação de fundo contra a pobreza

CCJ aprova criação de fundo para combater a pobreza

Substitutivo do senador Lúcio Alcântara prevê, entre outras fontes de recursos, a cobrança de um adicional sobre a CPMF e dotações orçamentárias. Proposta será agora apreciada pelo Plenário



Mário Covas, os senadores Ney Suassuna e Bello Parga e o deputado Arnaldo Madeira: guerra fiscal em debate

COVAS DIZ NA CAE QUE GUERRA FISCAL É CONTRA A LEI

A continuidade da guerra fiscal pode levar à “violência fratricida”, alertou ontem o governador Mário Covas, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Para ele, está ocorrendo desrespeito à lei, “que prejudica o país, e não o estado de São Paulo”.

PÁGINA 4

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, conforme substitutivo que será agora submetido ao Plenário. Pela proposta – que resultou de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães –, o fundo contará com recursos de um adicional a ser cobrado por dois anos sobre a CPMF, ganhos obtidos com a economia de juros reais proveniente da privatização, dotações orçamentárias e doações.

PÁGINA 3

Senadores saúdam PT pelo 20º aniversário

PÁGINA 6



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cumprimenta o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva

Desvinculação de Receitas da União vai ao Plenário

PÁGINA 2

Plenário começa a discutir emenda que desvincula receitas da União

Criação da DRU foi aprovada pela manhã na CCJ. À tarde, senadores concordaram em incluir a matéria imediatamente na Ordem do Dia para apressar a sua votação

Por 13 votos a favor e cinco contra, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na manhã de ontem, parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Pela proposta, 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União são desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. À tarde, o plenário aprovou requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), propondo a dispensa de interstício, o que permite a inclusão da proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, na Ordem do Dia de hoje.

Com a dispensa do interstício, não serão necessários os três dias úteis de prazo para que a matéria entrasse em pauta. Para a sua aprovação, serão necessárias votações em dois turnos, após cinco dias de discussão no primeiro e três dias no segundo turno. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) votou a favor da dispensa de interstício, mas disse que o Expediente não deve ser usado fora do período de convocação extraordinária. Posição idêntica foi tomada por seu partido na votação da emenda que regulamenta o pagamento de precatórios.

Na reunião da CCJ, Alcântara, re-

lator da proposta, justificou seu voto favorável à instituição da DRU com a necessidade, apontada pelo Executivo, de manter uma política fiscal equilibrada e racional, "que permita ao governo alocar os recursos onde são mais necessários, mantendo a estabilidade monetária, não emitindo moeda nem utilizando endividamento adicional".

O senador argumentou ainda que o elevado grau de vinculações legais de receitas "reduz substancialmente a margem de liberdade do governo federal para atender a novas demandas sociais e econômicas que surgem normalmente no dia-a-dia de uma nação".

O relator observou que a desvinculação não atinge o Fundo de Participação dos Estados (FPE) nem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), diminuindo a perda que esses entes da Federação tinham com o antecessor da DRU, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Da mesma forma, a desvinculação não incide sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o Imposto Territorial Rural

(ITR); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de mercadorias para exportação; e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre transações com ouro.

A Câmara dos Deputados introduziu no texto da PEC emenda retirando da desvinculação também a contribuição social sobre o salário-educação.

ÁGUAS

Na mesma reunião, a CCJ iniciou a votação do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). No entanto, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva à comissão, depois dos pedidos de vista dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Edison Lobão (PFL-MA).

Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou seu voto favorável, por entender que não se pode governar com as chamadas "verbas carimbadas", ou seja, recursos com destinação definida, vinculada a determinada despesa.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a PEC, afirmando que a aplicação do dinheiro oriundo de receita desvinculada terá de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Já Sérgio Machado (PSDB-CE) lembrou que a desvinculação permite ao governo identificar as demandas "que vêm das ruas". Da mesma forma, Álvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que as prioridades se alteram "com certa insistência".



CCJ aprovou a criação da DRU por 13 votos a favor e cinco contrários

Fundo Social de Emergência foi precursor da DRU

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), a ser instituída pela proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já existe, na verdade, desde 1994, quando a Emenda Constitucional de Revisão número 1 criou o Fundo Social de Emergência. Seu objetivo era o saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e a estabilização econômica, principalmente através de ações de custeio dos sistemas de saúde e previdência.

O caráter emergencial era justificado, à época, pela necessidade de um prazo até que fossem aprovadas medidas capazes de propiciar o equilíbrio fiscal em bases permanentes.

Já com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal, a desvinculação foi prorrogada em 1996, até junho de 1997. Houve então nova prorrogação, que manteve sua vigência até o final do ano passado, sempre com o mesmo percentual de desvinculação (20%). Considerando que não foram concluídas as alterações na legislação que possibilitariam o equilíbrio fiscal, o Executivo enviou ao Congresso nova proposta de desvinculação, prevista para durar até 2007. Durante a discussão da proposta na Câmara dos Deputados, o período de vigência foi reduzido para 2003.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h – Preside sessão deliberativa ordinária
15h15 – Recebe o presidente do Paraguai, Luis Angel González Macchi

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Comemoração do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *Proposta de Emenda Constitucional nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios

COMISSÕES

9h15 – Comissão Mista para analisar a *Medida Provisória nº 1988-16, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Pauta: Audiência pública com representantes dos bancos do Brasil e da Amazônia; dos governos do Mato Grosso do Sul, Amapá, Paraíba, Acre, Mato Grosso e Roraima; da Organização das Cooperativas Brasileiras; da Confederação Nacional da Agricultura; e do ministério da Agricultura e Abastecimento
Auditoria Petróleo Portella

10h – Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação das Mensagens nºs *61/2000, pede a autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões de principal entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) – 1ª fase; e nº *195/99, solicita aprovação das operações financeiras do governo de Cabo Verde para com o governo do Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões; e *Ofício "S" nº 4/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil sobre pedido da prefeitura de Belo Horizonte (MG) para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 4,4 milhões, destinada a financiar a modernização da administração tributária municipal
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão Mista destinada a examinar a *Medida Provisória nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos

Pauta: Depoimento do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *Projeto de Lei da Câmara nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

16h – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Recebe o presidente do Paraguai, Luis Angel González Macchi. Plenário 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Dutra considera proposta inconstitucional

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou voto em separado, opinando pela inconstitucionalidade da proposta que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Para Dutra, a proposta vai contra o federalismo e a descentralização do poder político, princípio basilar da Constituição. Ele afirmou que a desvinculação, segundo dados do governo de Minas Gerais, atingirá R\$ 43 bilhões.

– O dinheiro desvinculado, na verdade, já está carimbado: retira da saúde e da educação para garantir o pagamento da dívida – frisou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou emenda ex-

cluindo da desvinculação os recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo ele, isso geraria um adicional de R\$ 1,6 bilhão para a saúde e a Previdência Social. A emenda foi rejeitada pelo relator.

Pedro Simon (PMDB-RS), que votou favoravelmente, disse que a DRU confirma que tudo no Brasil que nasce para ser provisório se torna permanente. Na mesma linha, Roberto Freire (PPS-PE) – que votou contrariamente – disse que o mais grave é o governo ainda não ter empreendido o ajuste fiscal, após seis anos no poder.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fundo contra pobreza tem aprovação da CCJ

Proposta, que depende de votação em dois turnos pelo Senado e pela Câmara, prevê como fontes de custeio alíquota adicional de 0,08% da CPMF e recursos obtidos com a economia de juros proveniente das privatizações

CAE vota empréstimo para financiar ensino médio

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje, a partir das 10h, para examinar mensagem do Executivo que pede autorização para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 250 milhões. Os recursos, oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deverão ser destinados ao financiamento parcial do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed). A matéria foi relatada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que recomenda sua aprovação.

Presidida pelo senador Ney Suassu-

na (PMDB-PB), a CAE também aprecia ofício do Banco Central favorável à contratação pela prefeitura de Belo Horizonte de empréstimo junto ao BNDES, no valor de R\$ 4,4 milhões, que deverão financiar a modernização da administração tributária municipal.

Além dessas matérias, a CAE também vota autorização para que a União reescale os débitos que a República do Cabo Verde mantém junto ao Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões, oriundos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex).

Fundo de telecomunicação será analisado pela CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura discute hoje, a partir das 14h, projeto de lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O projeto prevê a aplicação de recursos na instalação de serviços de telefonia e de transmissão de dados (Internet) em comunidades carentes e do interior.

Parecer favorável à matéria já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econô-

micos. O assunto será examinado pela CI atendendo a requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), aprovado em Plenário no dia 25 do mês passado. Na ocasião, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) informou haver entendimento entre os líderes partidários para que, depois de ouvida essa comissão, o projeto volte à deliberação do Plenário ainda no período de convocação extraordinária do Legislativo.

Teixeira fala à comissão que examina MP do futebol

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, comparece hoje, às 10 horas, à comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que institui a taxa de funcionamento dos bingos. A MP também proíbe o controle de mais de um clube esportivo por uma única empresa. O dirigente deverá apresentar aos deputados e senadores a posição da entidade que controla o futebol no Brasil sobre a participação de empresas na administração dos clubes.

O senador Maguito Vilela (PMDB-

GO), relator da comissão, já anunciou sua posição contrária ao controle de dois ou mais clubes por uma única empresa. "Com qual intuito uma empresa pretenderia controlar dois clubes?", questiona. De acordo com Maguito, a restrição imposta pela MP evita a "cartelização do futebol" e mantém a transparência no esporte. Já foram ouvidos o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e o presidente do Clube dos Treze, entidade que congrega os principais clubes de futebol do país, Fábio Koff.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem à noite a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de acordo com o substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Entre as fontes de financiamento do fundo estão a alíquota adicional de 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — que valerá por dois anos — e recursos obtidos pelo governo com a economia de juros reais proveniente das privatizações, além de dotações orçamentárias e doações. A matéria ainda depende de votação em dois turnos pelo Plenário do Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados.

A criação do fundo resultou de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em agosto do ano passado. Na época, senadores e deputados formaram uma comissão mista que examinou a questão e, ao final dos trabalhos, apresentou outra proposta de criação de fundo contra a pobreza. As duas emendas constitucionais deram origem ao substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara.

A votação ocorreu após um intenso debate entre os integrantes da CCJ. Os senadores do Bloco Oposição não concordaram com o substitutivo, principalmente o parágrafo 1º do artigo 78, que obriga a utilização integral dos recursos do fundo que restarem após



A CCJ rejeitou destaque que pretendia a alteração do substitutivo do senador Lúcio Alcântara, relator das duas propostas

a sua extinção no pagamento da dívida pública da União. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) chegou a apresentar destaque para suprimir o parágrafo, mas foi rejeitado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou limitações como o prazo de dez anos para vigência do fundo e pediu uma definição mais clara do que será feito com os recursos. Lúcio Alcântara rebateu dizendo que incorporou várias proposições da Comissão Mista da Pobreza, mas que ela não tinha a palavra final.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que o fundo não prevê a criação de um programa "estruturador" que ataque as causas da pobreza. Lúcio Alcântara explicou que os recursos do fundo serão aplicados em programas estruturantes que já existem.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) e a senadora Marina Silva

(PT-AC) defenderam a manutenção do Conselho Gestor, conforme estabelecia o parecer da Comissão Mista da Pobreza.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que o resultado é frustrante. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o exame da matéria pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pois entende que a CCJ deveria deliberar apenas sobre o mérito da proposta. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), explicou que o regimento interno determina que PECs só podem ser examinadas pela CCJ.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ressaltou que o governo aceitou o Fundo e garantiu os recursos. O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que a ideia do Fundo é boa, mas preferia que fosse votado depois que se chegasse a um consenso maior.

Senador defende uso do dinheiro da privatização

A utilização de dinheiro das privatizações no Fundo de Combate à Pobreza, conforme proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional, mereceu a aprovação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em entrevista concedida ontem.

— Eu acho a ideia excelente. É uma boa demonstração de que o governo federal está usando para a sociedade, sobretudo para os mais pobres, os recursos da privatização, e não apenas para pagamento de débitos. Isso, evidentemente, fará com que o governo federal participe mais ativamente desse processo que surgiu no Congresso — afirmou.

Antonio Carlos esclareceu que o assunto foi abordado em seu último encontro com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

— A conversa dele comigo foi que os recursos das privatizações seriam utilizados, sobretudo os juros obtidos com esses recursos — informou.

O senador manifestou-se também sobre o abono de US\$ 50 para o salário mínimo, observando que a medida é boa para o país, contribuindo para colocá-lo no nível das nações em desenvolvimento.

— O salário atual é baixo, menos de US\$ 70, e é muito pouco em relação às necessidades — frisou.

TRANSPOSIÇÃO

O presidente do Senado voltou a posicionar-se contra a transposição das águas do rio São Francisco, dizendo que gostaria que os técnicos examinassem melhor o assunto.

— Eu sou contra, e acho que todo brasileiro sensato é contra. Mas pode ser que haja um milagre de apontarem as soluções técnicas viáveis, e a elas eu me renderei. Fora daí, eu sou contra, porque a ideia não é boa para o Nordeste, não é boa para a Bahia, não é boa para o sistema elétrico brasileiro, não é boa para a irrigação: enfim, só tem pontos negativos — enfatizou.

ACM recebe parlamentares e apóia salário mínimo equivalente a US\$ 100

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a elevação do salário mínimo ao correspondente a US\$ 100. Ele esteve reunido na tarde ontem, em seu gabinete, com o deputado Luiz Antonio Medeiros (PFL-SP), autor da proposta, e o senador José Jorge (PFL-PE), que preside comis-

são designada pela Executiva do PFL para tratar da aprovação da matéria.

— Ele considerou a ideia positiva, e disse que apóia — declarou Medeiros à imprensa, ao final da audiência.

O deputado informou que pretende apresentar o projeto à Câ-

mara logo na reabertura da sessão ordinária, dia 15 de fevereiro.

Antonio Viana Baptista, presidente da Telefônica Internacional, e Fernando Xavier, presidente da Telefônica de São Paulo, também foram recebidos ontem em audiência pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

Medeiros (E) e José Jorge exibem a ACM cartaz que defende a recuperação do salário mínimo



Covas teme agravamento da guerra fiscal

Governador de São Paulo afirma, em debate promovido pela CAE, que continuidade da disputa entre os estados pode levar ao que chamou de “violência fratricida”, caso não seja aprovada a reforma tributária

A continuidade da guerra de incentivos fiscais entre os estados pode levar à “violência fratricida”, na opinião do governador de São Paulo, Mário Covas, que participou ontem de debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ao abrir a reunião, o presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), explicou que o debate foi organizado justamente para evitar o “agravamento das relações entre os estados” até que seja aprovada a reforma tributária:

— Como esta é a Casa da Federação, temos responsabilidade na solução desses conflitos — disse Suassuna.

Covas baseou seu depoimento inicial aos membros da CAE no fato de que a guerra fiscal se dá principalmente por meio de desobediência à lei federal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à Constituição. Contrariando a legislação, os estados têm procurado atrair empresas desobrigando-as do pagamento do ICMS, de forma direta e indireta. Assim, instalam concorrência predatória, uma vez que as mercadorias produzidas nesses estados ficam

livres de um custo tributário, em detrimento de mercadorias produzidas em outros estados onde o incentivo fiscal não pode ser concedido:

— Não existe guerra fiscal, mas desrespeito à lei, o que prejudica o país, não o estado de São Paulo — disse Covas, para quem os incentivos legítimos podem ser isenção do Imposto de Renda (pelo governo federal) e a cessão de terrenos ou tarifa de energia elétrica mais barata para as empresas que queiram se instalar nos estados.

O governador explicou que decisões sobre o ICMS têm que ser tomadas por unanimidade no Conselho de Política Fazendária (Confaz), do qual fazem parte os secretários de Fazenda dos estados e um representante da União. Além da infração à lei, a isenção do ICMS acaba sendo paga pelo consumidor no estado de destino da mercadoria, no entender de Covas. Por essa razão, o governador acredita que houve reações à sua proposta de taxar os produtos que entram em São Paulo na mesma proporção do incentivo concedido no estado de origem.



Covas, Ney Suassuna, Bello Parga e o deputado Arnaldo Madeira, líder do governo na Câmara, participam da reunião de ontem da CAE

Senadores apontam soluções

Quase todos os senadores que se manifestaram durante o debate com o governador Mário Covas posicionaram-se contra a guerra fiscal que está sendo travada entre os estados, mas alertaram para a necessidade de que sejam estabelecidos mecanismos para diminuir as desigualdades regionais. Osmar Dias (PSDB-PR) falou dos prejuízos que o Paraná teve ao conceder vários incentivos para que empresas automobilísticas se instalassem no estado. Roberto Requião (PMDB-PR) registrou que, entre as vantagens concedidas no Paraná, as montadoras ganharam o direito de importar carros já montados de sua marca para o estado com isenção de ICMS.

José Alencar (PMDB-MG) disse que o Brasil necessita de um sistema tributário que permita ao país reduzir os desequilíbrios regionais. Segundo Pedro Piva (PSDB-SP), a guerra fiscal “é burra”, pois com ela perdem o estado, os cidadãos e o governo. Sérgio Machado (PSDB-CE) lembrou que a disputa fiscal surgiu em função da ausência de uma política na-

cional que promovesse o desenvolvimento harmônico entre as regiões. Paulo Hartung (PPS-ES) acredita que a guerra fiscal está aproximando os estados brasileiros de um impasse.

Paulo Souto (PFL-BA) explicou que alguns estados recorrem aos incentivos fiscais motivados por uma situação quase de desespero, descrentes até de uma ação do governo federal para diminuir as desigualdades regionais. José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que a concessão de incentivos fiscais é a única forma de os estados fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Minas Gerais buscarem o seu desenvolvimento.

Também participaram do debate os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e o presidente da CAE, Ney Suassuna, que tentou intermediar uma solução para evitar um conflito entre São Paulo e outros estados. Mário Covas observou que não poderia assumir nenhum compromisso com o Senado, e não descartou a possibilidade de, dentro da lei, tomar iniciativas para proteger o seu estado.

Comissão de Orçamento aprova R\$ 70 bi para Previdência este ano

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o relatório setorial, elaborado pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB), à proposta orçamentária do Executivo referente à Previdência e Assistência Social. O Orçamento para 2000 destina dotações no valor de R\$ 70,18 bilhões para o Ministério da Previdência e Assistência Social e de R\$ 9,48 bilhões para o Ministério do Trabalho.

De acordo com o relator, os gastos estimados para o INSS somam R\$ 67,7 bilhões, representando elevação de 15% em relação a 1998, e 8% quando comparado à dotação para o atual exercício. Para o Fundo Nacional de Assistência Social foram aprovados R\$ 2,3 bilhões. Esses números representam um aumento de 303% em relação ao valores de 1996, conforme o senador.

Wellington disse que os acréscimos de recursos para o FNAS nos orçamentos anuais têm sido insuficientes para



Senador Wellington Roberto, sub-relator de Previdência e Assistência, ao lado do presidente da comissão, o senador Gilberto Mestrinho

reverter as inúmeras demandas sociais. Ele citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais 18% da população economicamente ativa têm rendimento igual a zero. Para caracterizar de maneira mais clara a má distribuição de renda no Brasil, o senador, citando mais uma vez dados do Ipea, informou que os 10% mais ricos detêm 47,2% da renda total.

O orçamento do Ministério do Trabalho para 2000 (R\$ 9,48 bilhões) terá uma elevação de 11% em relação a 1999 e 15% comparado com 1998. Segundo Wellington Roberto, o Fundo de Amparo ao Trabalhador detém cerca de 91,8% da proposta do ministério, conforme o relatório aprovado. O restante encontra-se distribuído pela administração direta (7,7%) e pela Fundacentro (0,5%).

Integração Nacional deverá receber R\$ 3,6 bilhões

Em seu sub-relatório, aprovado ontem pela Comissão de Orçamento, o deputado José Lourenço (PFL-BA) destinou, dentro da proposta orçamentária global da União para o ano 2000, R\$ 4,53 bilhões para as áreas “Integração Nacional”, “Meio Ambiente” e “Esporte e Turismo”.

A maior parcela dos recursos cabe ao Ministério da Integração Nacional, com R\$ 3,6 bilhões. Em seguida, vem o Ministério do Meio Ambiente, com R\$ 637,4 milhões, e o Ministério do Esporte e Turismo, com R\$ 234,4 milhões.

Na distribuição dos recursos por região, conforme o documento, R\$ 461 milhões são destinados ao Centro-Oeste; R\$ 1,66 bilhão, ao

Nordeste; R\$ 459 milhões, ao Norte; R\$ 26 milhões, ao Sudeste; R\$ 9,8 milhões ao Sul, e R\$ 1,9 bilhão, distribuído indistintamente em projetos por todo o país.

Segundo o sub-relatório, as empresas que fazem parte do Ministério da Integração Nacional receberão as seguintes parcelas: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, R\$ 410,6 milhões; Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, R\$ 262,5 milhões; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, R\$ 41,88 milhões, e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, R\$ 522,39 milhões. O próprio ministério ficará com R\$ 609,4 milhões.

O relator esclarece que, em ra-

ção da alteração das atribuições do Ministério do Meio Ambiente, cujos recursos hídricos foram transferidos para o Ministério da Integração Nacional, não é possível estabelecer-se comparação entre os recursos orçamentários para o exercício de 1999 e os previstos na proposta para 2000.

A peça orçamentária deste ano destina R\$ 375,13 milhões para o Ibama; R\$ 27 milhões para o Fundo Nacional do Meio Ambiente e R\$ 234,70 para o ministério.

No âmbito do Ministério do Esporte e Turismo, o parecer de José Lourenço destinou R\$ 115,22 milhões para a Embratur; R\$ 49,54 milhões para o Indesp; R\$ 9,60 milhões para o Fungetur e R\$ 60,10 milhões para o ministério.

Saneamento e habitação ganham R\$ 356 milhões

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou o sub-relatório “Planejamento e Desenvolvimento Urbano”, preparado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que destina R\$ 356,9 milhões aos programas do governo federal para saneamento e habitação conhecidos por Morar Melhor, Saneamento é Vida e Nosso Bairro. Com isso, estão aprovados sete dos dez sub-relatórios em que foi dividido o Orçamento para este ano.



O sub-relator Eduardo Siqueira Campos

O sub-relatório trata de verbas que somam R\$ 1,82 bilhão, beneficiando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 528 milhões), o IBGE (R\$ 847 milhões), o Ipea (R\$ 84 milhões) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (R\$ 356,9 milhões).

O IBGE recebe praticamente o dobro do que costuma gastar por ano porque realizará o Censo 2000. De todos os gastos previstos no sub-relatório “Planejamento e Desenvolvimento Urbano”, quase a meta-

de (44,9%) destina-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais.

O senador Eduardo Siqueira Campos informou que, ao examinar os gastos programados pelo Executivo com habitação e saneamento, decidiu aplicar um critério para redistribuir as verbas sem qualquer conotação política. Assim, metade do dinheiro foi destinada proporcionalmente aos estados com base em sua população e a outra metade com base na renda *per capita* — mais para estados pobres. Com o critério, houve cortes pesados na previsão do Executivo para São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Goiás.

Proposta sobre precatórios recebe emendas

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentaram quatro emendas de plenário à proposta de emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. A matéria teve ontem seu terceiro dia de discussão. Na ocasião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou o expressivo comparecimento no Plenário, registrando que 81 senadores estavam presentes à sessão.

A emenda que normatiza o pagamento de precatórios volta a ser discutida hoje, estando prevista sua votação em primeiro turno para amanhã. Se for aprovada, a matéria será submetida a mais três sessões de discussão, para ser votada definitivamente em segundo turno. As emendas visam alterar o artigo 100 da Constituição, que obriga a inclusão, no orçamento das entidades públicas, de recursos para o pagamento de precatórios.

Também hoje o Senado dedica a Hora do Expediente a comemorar o 40º aniversário de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A idéia foi do senador Francelino Pereira (PFL-MG), primeiro orador da sessão, na qual também deverão discursar Geraldo Melo (PSDB-RN), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Cinco novos embaixadores são aprovados

O Senado aprovou ontem a indicação de cinco nomes apresentados pelo presidente da República para representações brasileiras no exterior. A aprovação dessas indicações será agora comunicada ao presidente da República.

A seguir, a relação dos indicados, os respectivos postos e o resultado das votações:

Joaquim Luis Cardoso Palmeiro (Líbia): 70 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção.

Ricardo Carvalho do Nascimento Borges (Senegal, Mauritânia e Gâmbia): 62 favoráveis, três contrários e duas abstenções.

Valter Pecly Moreira (Organização dos Estados Americanos): 67 votos a favor, três contra e duas abstenções.

Isnard Penha Brasil Júnior (Argélia): 64 votos a favor, dois contra e três abstenções.

Carlos Alberto Pessôa Pardelas (Bulgária e Macedônia): 62 votos a favor, dois contra e três abstenções.

Ministro do TCU aponta recursos ociosos em fundos constitucionais

Senadores e deputados ouvem conclusões do Tribunal de Contas da União antes de apreciar medida provisória que trata da aplicação de verbas destinadas a corrigir desigualdades

Os fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais, possuem elevado montante de verbas não aplicadas, o que implica "ociosidade de recursos públicos destinados ao crédito". Essa é uma das conclusões apresentadas pelo ministro Adylson Mota, do Tribunal de Contas da União (TCU), à comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que define as regras para as operações de crédito com recursos dos fundos constitucionais.

Em sua exposição à comissão, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Mota apontou que os fundos apresentam "crônicas deficiências operacionais". O custo elevado dos financiamentos, principalmente para micro e pequenos empresários, disse o ministro do TCU, é um dos elementos que impedem a eficiente aplicação dos recursos, resultando em altos índices de inadimplência.

A concentração dos investimentos dos fundos também é apontada como um fator negativo em relatório do TCU



O ministro Adylson Mota, entre os senadores Jonas Pinheiro e Ramez Tebet, apontou "crônicas deficiências operacionais" nos fundos

sobre o tema. Segundo Mota, com relação ao FNO, a má distribuição espacial dos recursos vem desde a implantação do fundo, contrariando sua meta, que é a redução das desigualdades intraregionais. Já no FCO, o problema é a grande quantidade de recursos aplicados apenas no setor rural.

"Após realização de auditoria no Banco do Nordeste (que administra o Fundo Constitucional do Nordeste), o TCU entendeu que havia excessiva concentração de recursos em poucas

operações. De um total de 334.812 operações realizadas, 3.776 (1%) concentraram 40,99% dos recursos", afirma o relatório.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), porém, defendeu a política de investimentos do Banco do Nordeste. Ele apontou que os dados apresentados pelo TCU referem-se ao saldo devedor e não ao montante total de investimentos do BNB.

— Existem pontos que devem ser aperfeiçoados nos fundos. É preciso

corrigir a distribuição e a eficiência na destinação desses recursos públicos. Porém, é preciso preservar os fundos, que têm muitos inimigos — afirmou Alcântara, apresentando dados que demonstram que o Banco do Nordeste vem apoiando a micro e a pequena empresa.

Mota lamentou que o BNB não venha tendo boa vontade em atender os técnicos e as demandas do TCU. Ao concordar com Alcântara sobre a necessidade de mudança em mecanismos dos fundos constitucionais, o ministro do TCU ponderou que as dificuldades existentes hoje para a concessão de crédito aos micro e pequenos produtores têm agravado as desigualdades dentro das regiões beneficiadas.

CONCENTRAÇÃO

De um total de 334.812 operações realizadas, 1% concentra 40,99% dos recursos

— RELATÓRIO DE ADYLSON MOTA

Quintanilha culpa burocracia pelos problemas

A excessiva burocracia para a tomada de empréstimos é a culpada pela existência de estoques de recursos nos fundos constitucionais do Norte e do Centro-Oeste, na opinião do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O senador afirmou, durante a audiência pública de ontem na comissão

mista, que as exigências para as operações de crédito afastam o micro e o



Leomar Quintanilha: exigências afastam micro e pequenos empresários

pequeno empresário.

Os deputados que integram a comissão também apontaram falhas na gestão e na política de juros adotadas pelos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), que são administrados, respectivamente, pelo Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB).

O relator da MP, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), defendeu que as pequenas e microempresas tenham tratamento diferenciado na tomada de empréstimos. Para o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), até o Plano Real, tomar recursos dos fundos era viável. A partir de então, continuou, a dívida passou a ser reajustada pela TJLP e pelo IGPI, o que levou muitos mutuários, principalmente do setor rural, a não terem condições de pagar as dívidas. Para ele, as taxas de juros cobradas do setor primário "têm que levar em consideração o grau de miséria do produtor rural".

Objetivo é estimular desenvolvimento regional

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988 para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em seu artigo 159, a Constituição determina a obrigatoriedade de a União destinar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas. Foram criados assim o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O FNO tem recursos de 0,6% da

arrecadação do IR e do IPI, administrados pelo Banco da Amazônia. Sua diretriz é o desenvolvimento sustentável da região Norte, atendendo a atividades produtivas de baixo impacto ambiental. No primeiro semestre de 1999, o FNO repassou um total de R\$ 177,8 milhões para a região, de acordo com balanço do Banco da Amazônia. São atendidos pelo FNO os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Já o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) movimentou entre 1989 e 1999 um total de R\$ 2,6 bilhões, segundo o Banco do Brasil (BB). Nesse período, foram criados

185.607 empregos diretos e 233.074 empregos indiretos na região, de acordo com o BB. Os recursos foram aplicados em atividades industriais e rurais. Das empresas beneficiadas, 86,6 mil são classificadas como mini; 29,9 mil pequenas; 9,9 mil médias e 2 mil grandes. São servidos pelo FCO o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

De acordo com o BNDES, em 1998 foram aplicados R\$ 365 milhões no FCO; R\$ 176 milhões no FNE e R\$ 801 milhões no FNE. No ano passado, foram repassados R\$ 286 milhões para o FCO, igual quantia para o FNO e R\$ 853 milhões para o FNE.

Comissão debate hoje o assunto

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre regras para concessão de empréstimos pelos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, presidida pelo senador Ramez Tebet, realiza hoje, a partir das 9h15, audiência pública para discutir a política de investimentos dos fundos. Pela manhã, representantes dos ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e do Abastecimento e da Fazenda falarão sobre sua participação na distribuição dos recursos dos fundos constitucionais. Em seguida, diretores do BNB, do Basa e do BB falarão aos senadores e deputados da comissão. No período da tarde, a comissão vai ouvir representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Por fim, os parlamentares tomarão depoimentos de membros dos governos estaduais.

Senado congratula PT por completar 20 anos

Autora do requerimento aprovado pelo Plenário, Marina Silva disse que o Partido dos Trabalhadores tem demonstrado, ao longo de sua história, ser “a voz e o espaço político de todos os excluídos do país”



Para ACM, Lula é “um dos maiores líderes de todo o período republicano”

Antonio Carlos destaca união no combate à pobreza

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao homenagear os 20 anos de existência do PT, lembrou suas divergências com o partido, assim como a maioria dos senadores que fizeram apertados ao discurso de Marina Silva (PT-AC). Mas lembrou que ele e Luiz Inácio Lula da Silva se uniram em torno da proposta de criação do Fundo de Combate à Pobreza. O fato aconteceu durante seminário que discutiu o assunto, do qual Antonio Carlos participou a convite de Lula. “Demo-nos as mãos nesse projeto plenamente vitorioso”, disse o senador, ressaltando que todo o Senado está junto nesse combate.

Na opinião dele, os apertados feitos ao discurso de Marina demonstraram a unanimidade da alegria do Senado com a comemoração dos 20 anos do PT. Ele aproveitou a presença de Lula no Plenário para dizer que “o autêntico líder do PT” é um nome que está inscrito na his-

tória política brasileira como “uma das maiores lideranças surgidas em todo o período republicano”.

Antonio Carlos admitiu que, em vários momentos, teve divergências públicas com Lula e que um e outro podem até ter usado adjetivações erradamente. Destacou, no entanto, que de sua parte “sempre houve respeito à figura desse líder”. Entre os motivos de seu respeito por Lula, mencionou a criação do PT, um partido “que faz reivindicações que muitas vezes não podem ser atendidas, mas são todas elas muito justas”.

Pelo que o PT representa para a democracia, “sobretudo pelo choque de idéias” que proporciona, Antonio Carlos afirmou que os 20 anos do partido devem ser saudados em todo o Brasil. “Saudando em Lula o PT, estou saudando também todos os parlamentares petistas e os petistas de todo o Brasil”, finalizou.

Távola: globalização obriga esquerda a repensar seu papel

Observando que a esquerda vive um difícil dilema no mundo globalizado, o senador Artur da Távola (sem partido-RJ) analisou o papel desempenhado pelo PT nos 20 anos de sua criação. Ele avaliou como extremamente positiva a capacidade de luta e a coragem que tem o partido para enfrentar o sistema, mas questionou se a aglutinação de massas ainda é a



Távola: ou o PT está certo sozinho ou precisa rever as suas posições

melhor forma de agir num mundo dominado pela comunicação eletrônica.

Távola também elogiou a democracia interna do partido, assim como a opção preferencial pelos pobres, que, em sua opinião, “marca com clareza o timbre de uma decisão ideológica”. Conforme o senador, não há dúvida da sinceridade do PT em sua opção pelos pobres, mas é farisaísmo achar que a agremiação tem uma superioridade inata sobre as demais.

Para ele, a grande questão do PT é saber até que ponto o grande conflito

hoje está entre o capital e o trabalho. Em sua opinião, se esse conflito ainda é atual, o PT está sozinho com a razão. Mas, se a natureza desse conflito mudou e é possível a colaboração entre capital e trabalho, o PT terá que rever suas posições.

Lembrando que o Brasil vive uma democracia representativa, o senador observou que nem todos os segmentos do PT acreditam nisso. “Para grande parte do partido, os institutos da democracia direta promovem muito mais a transformação social que esse velho mecanismo da democracia representativa”, disse, acrescentando que a melhor forma de elogiar o PT, na celebração dos seus 20 anos, é discutir com franqueza o seu papel, discordando e concordando com seus feitos. “A vida brasileira não seria igual se não tivesse um partido como o PT. Sem ele, um pedaço do pensamento de esquerda ficaria sem uma representação tão eloqüente”, sintetizou.

Ao registrar os 20 anos de fundação de seu partido, o PT, a senadora Marina Silva (AC) destacou a importância de uma agremiação partidária que, originada das lutas sindicais, movimentos populares e das comunidades eclesiais de base organizadas pela Igreja Católica progressista, tornou-se, a seu ver, “a voz e o espaço político de todos os excluídos do país”. Requerimento de sua autoria, solicitando o envio de congratulações, pela Mesa do Senado, à direção do PT, foi aprovado após 18 senadores terem registrado suas homenagens.

Marina disse que o líder seringueiro Chico Mendes, a ex-senadora Benedita da Silva e o presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, entre tantos outros líderes, talvez não tivessem o espaço que tiveram e têm se o PT não existisse. A senadora admitiu que, analfabeta até os 16 anos e alfabetiza-

da nas comunidades eclesiais, ela própria valeu-se dos “espaços de cidadania abertos pela emergência do PT na história político-partidária nacional”.

Além de ter contribuído para o fortalecimento dos sindicatos e para a organização política da juventude, o PT, segundo a senadora, participou dos principais momentos políticos que levaram à redemocratização do país. Na região Norte, “uma metade excluída do Brasil”, o PT também é importante, acrescentou, por repercutir e propor formas de superação das carências regionais e por “contribuir para que outros partidos também venham a se tornar partidos”.



Marina Silva destacou a ação do PT contra os desequilíbrios regionais

Ao encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento de Marina, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, apesar de três derrotas como candidato à Presidência da República, “Lula ainda será presidente do Brasil”. O senador relatou que Lula reuniu vários líderes petistas – incluindo o próprio senador – para dizer que eles também deveriam se preparar para a eventualidade de se candidatar nas próximas eleições presidenciais. Hoje, informou, ele recebeu o apoio de petistas de todo o país a seu nome e afirmou sua convicção de que o partido “dará exemplo de fraternidade e convívio democrático na escolha de seu candidato”.

Apartes ressaltam coragem e ousadia

Dezoito senadores apartaram Marina Silva para homenagear os 20 anos de existência do PT. Eles destacaram três qualidades que caracterizariam o partido: coragem, ousadia e perseverança.

O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), disse que ontem não foi “um dia desses”, comparados “aos momentos de divergências e de votos contrários”. O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF) cumprimentou o PT, por sua contribuição à consolidação da democracia, e Lula, dizendo que “qualquer país exibe com orgulho a biografia que ele tem”.

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o PT correu riscos devido às facções que abriga e só sobreviveu “graças à perseverança de Lula”. Então membro do Partido Comunista e contrário à criação do PT, Roberto Freire (PPS-PE) reconhece que, se na época interessou ao regime militar a formação do PT, “o tiro saiu pela culatra”, pois, ao invés de dividir a oposição, acabou criando novos personagens.

O PT, segundo Jefferson Péres (PDT-AM), preencheu um vácuo de represen-

tação – de trabalhadores organizados e humildes em geral – e, nessa condição, “foge à média dos partidos brasileiros”. Tião Viana relembrou que, há 20 anos, o PT era criado e ele iniciava sua vida como cidadão filiando-se ao partido. Francelino Pereira (PFL-MG) informou que, nas eleições de 89, para a Presidência da República, seu voto foi para Lula e não Collor.

José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou que, na realidade plural que é o PT, duas figuras sintetizariam o partido: Marina Silva, ou “os excluídos que passaram a ter voz com o PT”, e o afiliado nº 1, Mário Pedrosa, que representa “o intelectual em seu sentido mais grandioso”. Maguito Vilela (PMDB-GO) externou sua simpatia pelo PT de Goiás e de sua cidade, Jataí. Como “irmão” partidário, Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez questão de “partilhar a festa do PT com orgulho de democrata que preza a justiça social e a ética”. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, se todas as propostas do PT fossem encampadas pelo governo, “não haveria tanta pobreza no país”.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que é graças a partidos como o PT e figuras como Lula “que não teremos novos 1964”. Iris Rezende (PMDB-GO) disse que “o PT tem uma extraordinária folha de serviços prestada ao país”, embora seja muitas vezes radical. Bernardo Cabral (PFL-AM) agradeceu à atuação de Lula, na Constituinte, em favor da Zona Franca de Manaus e destacou a manutenção do acordo que permitiu a aprovação do capítulo dos direitos sociais.

José Sarney (PMDB-AP) disse acreditar que o movimento iniciado em São Bernardo e a criação do PT foram fundamentais para a consolidação democrática. José Alencar (PMDB-MG) homenageou o PT “pelo sentimento nacional e sensibilidade social”, enquanto Emilia Fernandes (PDT-RS) registrou sua expectativa de o PT “ter cada vez mais os que pensam o povo, a exclusão e as injustiças sociais”. Sérgio Machado (PSDB-CE) salientou que seu partido e o PT buscam “a maior inclusão possível, cada um dentro de sua visão”.

Heloísa destina homenagem aos militantes anônimos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) decidiu homenagear os “anônimos do partido”, as pessoas comuns que representam a militância do PT, ao festejar as duas décadas de existência do Partido dos Trabalhadores.

– É gente como Maria do Carmo, sem-terra e trabalhadora de uma usina que, ao ser arrancada de sua casa para trabalhar doente, teve a ousadia de procurar a Justiça do Trabalho, para acionar o usineiro. É gente como Renildo, companheiro homossexual, vereador de Coqueiro Seco, barbaramente decapitado pela intolerância

das classes dominantes – afirmou.

Heloísa também resolveu homenagear Lauro Campos (PT-DF), seu companheiro de partido no Senado. “Em seus 70 anos de esperança, dá a nós todos a motivação de continuar a luta. Por sua perseverança e coerência ideológica, ele é exemplo do que o PT tem de melhor”, disse.

Em aparte, Geraldo Cândido (PT-RJ) classificou Lauro Campos como “imprescindível”, na acepção do dramaturgo Berthold Brecht, que assim chama os que batalham uma vida inteira por seus ideais. “O PT tem sido um mar-

Heloísa lembrou os “anônimos do partido”



co no quadro político brasileiro, dando uma contribuição importante para a democracia no país”, observou.

O senador Lauro Campos agradeceu as homenagens, afirmando dever os seus “70 anos de esperança” à sua inserção voluntária nos quadros do PT e “à convivência com tantos companheiros valorosos”.

Requião quer anular acordo sobre precatórios

Relator da CPI que investigou esses títulos, senador questiona acerto entre a União e Pernambuco para viabilizar o pagamento de R\$ 480 milhões em papéis emitidos pelo estado. Segundo ele, maior beneficiário foi o Bradesco

Para Calheiros, CCJ deve analisar antes da CRE a proibição de armas

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dos projetos que tratam da proibição do uso, venda e fabricação de armas de fogo no país, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) questionou a decisão de a matéria tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde será apreciado o seu mérito, antes de ser julgado sua constitucionalidade na CCJ. Ele argumentou que o próprio relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aponta inconstitucionalidades nos projetos.

— Democraticamente, fizemos uma audiência pública para discutir os três projetos, confrontamos posições e eles começaram a tramitar conjuntamente. De repente, os projetos foram despachados para a CRE, quando mais prudente seria ouvir a CCJ primeiro, para dirimir quaisquer dúvidas com relação à constitucionalidade. Primeiro, temos que discutir a constitucionalidade, depois o mérito — opinou Renan Calheiros.

O senador reconhece que não será



Calheiros: exame da constitucionalidade vem antes da análise do mérito

fácil proibir a posse de armas, como defende, mas manifestou sua preocupação de que, se o parecer de Pedro Piva for aprovado, seja ampliada a utilização de armas no país. Ele registrou que o substitutivo de Piva abre um prazo de 120 dias para que todas as armas do país sejam regularizadas. Calheiros informou que existem 20 milhões de armas de fogo em situação irregular no Brasil, contra apenas dois milhões regularizadas.

O senador Pedro Piva disse que Renan Calheiros “está querendo trazer ao Plenário do Senado uma discussão sobre o mérito do projeto, que será votado na Comissão de Relações Exteriores”. Ele defendeu como correto o julgamento do mérito da matéria antes de sua constitucionalidade. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou que, pelo Regimento Interno da Casa, a CCJ deveria analisar os projetos primeiro, mas, por questão de segurança, ele dará uma solução definitiva hoje, após estudo aprofundado sobre o assunto.

Denúncias sobre Cade geram convocação

O senador Renan Calheiros apresentou requerimento convocando à Comissão de Fiscalização e Controle o ministro da Justiça, José Carlos Dias, o presidente e a conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), respectivamente Gesner Oliveira e Hebe Romano, além dos advogados Airton Soares, Márcio Pugliese e Marco Antônio Campos Sales, para prestarem esclarecimentos sobre a denúncia de corrupção

na fusão das cervejarias Brahma e Antarctica. O conselho é encarregado de julgar a legalidade da fusão.

Renan Calheiros fez a comunicação ontem ao Plenário. Além das autoridades relacionadas, também serão convocados o delegado da Polícia Federal Luis Carlos Zubcov, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastácia, e o conselheiro do Cade, João Bosco Leopoldino.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) questionou, ontem, o acordo celebrado entre a União e o estado de Pernambuco, que viabilizou o pagamento de R\$ 480 milhões em títulos emitidos pelo estado para o pagamento de precatórios. Segundo o senador, o acordo somente beneficiou o Bradesco, banco que detinha 66,5% desses títulos.



Requião prepara decreto legislativo contra operação

Requião, que foi relator da CPI dos Precatórios, afirmou que Pernambuco foi o estado que mais fraudou títulos em todo o país, segundo conclusão do relatório final da comissão. O senador acusou um dos diretores do Bradesco, envolvido em cinco crimes apontados pela CPI, de formação de quadrilha. Ele disse que o Bradesco, juntamente com a corretora Paper, transformou a chamada “cadeia da felicidade” — a

compra fraudulenta dos títulos — em “quadrilha da felicidade”.

O senador lamentou decisão do Poder Judiciário de Pernambuco, que autorizou o pagamento dos títulos apesar da descoberta pela CPI de operações ilegais envolvendo os títulos do estado, e de a Resolução nº 78 do Senado estabelecer que o pagamento só pode ser feito após sentença transitada em julgado, devendo os títulos ficar depositados em juízo.

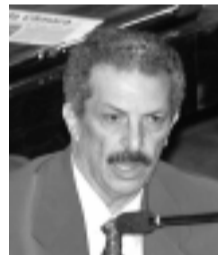
Na opinião de Requião, o acordo firmado entre a União e Pernambuco para os precatórios fraudados “denigre a imagem do governo federal, do Banco Central, do ministro da Fazenda, Pedro Malan, do Judiciário pernambucano e até do Senado Federal”. Ele citou também carta que recebeu do líder do governo

no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto, na qual o parlamentar governista esclarece que houve “reconhecimento judicial” da validade dos títulos, com o estado cumprindo as exigências da Resolução nº 78, o que respaldou o acordo firmado entre a União e Pernambuco.

O parlamentar informou, ainda, que está trabalhando num decreto legislativo na tentativa de anular a “operação desastrosa” envolvendo a União e o estado de Pernambuco, e pediu providências do Judiciário daquele estado para reparar “um erro grave, cometido por algum juiz irresponsável”, que julgou a validade dos títulos não levando em conta as conclusões da CPI.

— Estou pedindo que alguém se levante e diga não a essa ilegalidade que foi a operação realizada entre a União e o estado de Pernambuco. Se pagaram ao Bradesco, o que pagaram, e por que pagaram? Onde estão a OAB e o Ministério Público pernambucanos? — indagou o parlamentar.

Romeu Tuma cobra revisão imediata do sistema penal



Tuma afirma que legislação permite a impunidade

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) criticou ontem setores do Estado brasileiro responsáveis pela transformação do atual sistema penal “em autêntica máquina de impunidade para incentivar a afronta à lei, a desmoralização das instituições democráticas e o descrédito do estado de direito”, e pediu uma revisão total da legislação em vigor.

Tuma citou como exemplo o assassinato, em São Paulo, do delegado de polícia Luciano Beiguelman — tido como herói pelos demais policiais. O senador, que pesquisou a vida dos assassinos, informou que Carlos Fernando Manão, Anderson de Oliveira e Alessandro Carvalho, que mataram o delegado para roubar seu carro, já haviam praticado vários crimes, estavam condenados pela Justiça e cumpriram pena nos presídios de São Paulo. O primeiro, foi beneficiado pelo regime semi-aberto, sem cumprir toda a pena, e os demais eram foragidos de penitenciárias.

Para o senador paulista, a legislação em vigor possui consideráveis fontes de impunidade e o sistema penal tem desajustes que, além de permitir aos bandidos retornarem rapidamente às ruas, contribuem, ao longo dos anos, para criar “um monstruoso emaranhado de circunstâncias legais atenuantes ou excludentes do cumprimento das penas, além de uma estrutura carcerária indigna da condição humana”.

O sistema penal brasileiro, frisou Romeu Tuma, “não castiga, nem recupera, pois só se destina a infligir torturas físicas ou psicológicas para cultivar o opróbrio entre condenados, assim produzindo revoltas, fugas e cada vez mais celerados”.

Porto propõe seguro para comprador da casa própria

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu empenho da Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de agilizar a tramitação de um projeto de lei de sua autoria que cria seguro-moradia para impedir que aquele que compra um imóvel na planta, mesmo cumprindo seus compromissos financeiros, não consiga a tão sonhada casa própria, por falência ou concordata da construtora.



Arlindo Porto disse que o objetivo é proteger mutuário

Segundo Arlindo, o governo está pensando em propor um programa habitacional sério, que dê garantias aos mutuários, contra construtoras em falência. “Está mais do que na hora de o governo se preocupar com garantias, responsabilizando os agentes financeiros pela serviço de intermediação financeira entre a construtora e o adquirente do imóvel”. Arlindo disse, porém, que o Senado pode dar um passo à frente nessa situação, se aprovar seu projeto de lei.

Tebet pede envio oficial de representação contra Estevão

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, enviou ofício ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedindo que a Mesa faça o encaminhamento oficial da representação contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Ele disse que a Subsecretaria de Coordenação Legislativa não pode efetuar o encaminhamento, como ocorreu.



Tebet pretende convocar conselho para decidir

Tebet explicou que sua iniciativa destina-se a evitar o risco de que uma decisão do órgão a respeito da representação seja anulada por não obedecer os ritos jurídicos adequados. O senador disse ainda que pretende convocar os 15 membros do conselho para examinar a questão, logo que receber novamente a representação.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Unip: Alergia. 2ª parte
6h30 — Cidadania: Senadora Heloisa Helena e o embaixador de Cuba, Ramon Parodi, falam sobre o caso do menino Elián
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: Senador Osmar Dias fala sobre a prevenção e fiscalização da poluição das águas
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola Educação Ambiental: Explosão demográfica
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão que analisa a MP dos fundos constitucionais (ao vivo)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h — Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)
21h — Jornal do Senado

21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após: Comissão que analisa os bingos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Plenário do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação



Cândido: legislação arcaica permite repressão contra rádios legalmente constituídas

Cândido pede apoio para as rádios comunitárias

As alternativas de divulgação da cartilha *Como Montar Rádios Comunitárias*, lançada recentemente pelo Coletivo Nacional Petista de Rádios Comunitárias, foram discutidas ontem à tarde pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), José Soter. A publicação, que teve uma tiragem de 16 mil exemplares, abrange desde informações sobre como criar uma rádio comunitária e a programação a ser veiculada, até um resumo da legislação sobre o assunto:

— Essa cartilha é fundamental para fortalecer a luta pela democratização dos meios de comunicação do país. Temos que derrubar a legislação arcaica que vigora atualmente, que possibilita que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e a Polícia Federal, de forma arbitrária, intensifiquem a repressão sobre os que mantêm rádios comunitárias — afirmou Cândido.

Para o senador, a Constituição de 1988, quando estabelece que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, garante o funcionamento das rádios comunitárias. Ele esclareceu que essas entidades não podem ser consideradas piratas, já que são registradas em cartório, possuem CGC e são constituídas através de uma associação.

Concordando com a opinião de Geraldo Cândido, o presidente da Abraço, entidade que congrega 4.500 emissoras em todo o país, rechaçou também a alegação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) de que as rádios comunitárias interfeririam nos equipamentos utilizados para disciplinar o trânsito de aeronaves. Ele informou que depoimentos de profissionais ligados a entidades de tráfego aéreo garantem o contrário.

Venda da Arisco vai gerar mais empregos em Goiás, afirma Iris

Senador participou de reunião com diretores da multinacional Bestfoods, que comprou a terceira indústria alimentícia do país

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) comemorou ontem a previsão de investimentos em Goiás, nos próximos três anos, da ordem de US\$ 200 milhões, anunciada pela empresa Bestfoods. A companhia norte-americana acaba de adquirir a Arisco, a terceira maior indústria brasileira de alimentos, em um negócio que, segundo o senador, envolveu quase US\$ 1 bilhão.

Iris disse que acompanhou de perto a venda da empresa goiana, porque dela dependem, além dos seis mil empregados, mais de 40 mil famílias envolvidas no transporte e na produção dos produtos básicos utilizados pela Arisco. Na semana passada, os três senadores goianos e vários deputados federais reuniram-se com os executivos da empresa para esclarecer a negociação, e receberam a informação de que a Bestfoods pretende expandir a Arisco.

O senador explicou que a empresa foi negociada porque não conseguiu vencer as dificuldades, “consideradas intranponíveis”, para vender seus produtos fora do âmbito do Mercosul.

As previsões, de acordo com o senador, são de que os investimentos da empresa em Goiás, nos próximos três anos, superem a marca de US\$ 200 milhões e que os produtos da Arisco sejam exportados para mais de 100 países:

— Assim, o que anteriormente era motivo de preocupação, hoje se transforma em otimismo — afirmou.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse que ficou preocupado quando soube da ven-



Iris: venda da Arisco para Bestfoods envolveu quase US\$ 1 bilhão

da da Arisco, mas tranquilizou-se ao saber que o investimento garantirá e ampliará os empregos. Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a reunião com os executivos da Arisco trouxe tranquilidade para produtores rurais e empregados.

Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que foi a “visão de estadista” de Iris Rezende, quando governador de Goiás, que possibilitou a criação da Arisco, a partir da implantação do programa de incentivos fiscais Fomentar e dos investimentos realizados em infra-estrutura. Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Gilvam Borges (PMDB-AP) também elogiaram a administração de Iris em Goiás.

Mauro defende a presença estrangeira nas privatizações

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) conclamou o governo a manter a permissão para que o capital estrangeiro participe do leilão de privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), previsto para maio. Além disso, Mauro salientou que o governo deve ter unidade neste posicionamento:

— Além de não voltar atrás, o presidente Fernando Henrique deve exigir compromisso de solidariedade de seus ministros que,



Mauro criticou grandes bancos por repentina “postura nacionalista”

às claras ou no anonimato, estão criticando um ato soberano de governo — disse.

O senador classificou de hipocrisia a atitude dos três conglomerados financeiros do país — Bradesco, Itaú e Unibanco — “de assumir, de repente, uma posição nacionalista que nunca tiveram”. Segundo ele, estes grupos foram beneficiários da privatização de setores verdadeiramente estratégicos como o siderúrgi-

co, de telecomunicações e de mineração. “Tudo bem com a privatização, desde que não chegue aos seus quintais”, frisou.

Mauro afirmou que não é justo nem inteligente restringir espaço para os bancos estrangeiros numa economia globalizada e também não concorda com o uso de recursos do BNDES para fortalecer o poder de competição de bancos nacionais no leilão.

O senador reconhece que a remessa de lucros é o preço a pagar no caso de vitória de grupos estrangeiros, mas vê efeitos positivos no ingresso de novos recursos externos via privatização:

— Esses bancos serão agências permanentes de captação de capitais externos, em conexão com as matrizes, e isso pode reduzir o custo final dos investimentos alocados para nossos setores produtivos — concluiu.

Alunos da Escola Francesa visitam o Senado

Os alunos da Escola Francesa de Brasília visitaram ontem o Senado, acompanhados de seus professores para uma aula sobre o modelo parlamentar brasileiro. Os alunos estão no que equivale ao segundo grau brasileiro e têm em média 16 anos. A visita foi agendada pela presidente do Conselho Curador do Museu Histórico do Senado, Carmem Carneiro, viúva do ex-senador Nelson Carneiro.

O professor de História, Manoel Diatkine, disse que a forma como a visita será aproveitada depende do amadurecimento de cada aluno, mas observou que é importante sentir a at-



Carmem Carneiro e os alunos: uma viagem pela história do Senado da República

mosfera de poder. Para ele, encontrar um lugar de debate, onde as pessoas podem falar e responder livremente é assistir à democracia ao vivo. Carmem

Carneiro, que acompanhou os alunos, disse estar satisfeita com a visita ao museu, que deve transportar os visitantes para a história.

Violência contra crianças preocupa Alcântara

O agravamento da violência contra as crianças no Brasil foi denunciado da tribuna pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “Seu avanço é preocupante em todos os espaços de nossa sociedade, mas é no próprio lar que ocorrem as agressões mais frequentes e o maior número de atentados sexuais”, denunciou ele.

Conforme Lúcio Alcântara, milhões de crianças são todos os dias covardemente surradas, seviciadas pelos próprios familiares e submetidas aos mais sórdidos castigos em seus próprios lares. Ele reconheceu que em todos os países, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, as estatísticas revelam um mundo perigoso para as crianças. E disse que, mesmo nos países avançados em cultura e educação, as crianças sofrem castigos de toda sorte.

Depois de lembrar que o Parlamento inglês discute atualmente a frequência das palmadas aplicadas pelos pais nos filhos, ele afirmou que os Estados Unidos, apesar do propalado grau de bem-estar e qualidade de vida, “são, na verdade, uma das sociedades mais violentas e mais contraditórias do mundo”. Alcântara alertou para a necessidade de o Brasil se manter na luta pela proteção da dignidade humana, informando que tramitam no Senado e na Câmara 285 proposições legislativas em defesa da criança:

— Precisamos continuar acreditando que temos o poder de domar a força malvada que infelizmente existe na natureza de muitas pessoas. Para tanto, acredito que um dos passos mais importantes está no fortalecimento de uma poderosa cadeia de solidariedade contra as injustiças, contra a miséria, em defesa da cidadania e de uma verdadeira democracia social e econômica em todo o mundo.

Ele registrou que no Brasil, apesar das gritantes contradições sociais que incentivam a violência, já existe uma imensa rede de solidariedade que trava um combate permanente contra o mal, “formada por milhões de cidadãos voluntários e brasileiros anônimos que não visam qualquer interesse pessoal, dispendo-se a qualquer hora a ajudar a reduzir esse sofrimento”.



Lúcio Alcântara